




Braga, Brandão, Costa & Brilhante
Advogados

Diretor: Braga, B.C. & B.
Gestão: B.C. & B. & B.
Braga, Brandão, Costa & Brilhante

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS
JUDICIAIS**

NERIVALDO ARAÚJO, brasileiro, casado, desempregado, inscrito no CPF nº 593.868.864-72 e RG nº 1649223 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Antônio Barreto, Nº 894, Bairro Monte Castelo, CEP 58.707-180, declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Patos, 02 de Março de 2017.


DECLARANTE

João Pessoa - PB Rua Flaminópolis, nº 415, 1º andar, sala 205, Anatelê, 58052-010
Patos - PB Av. Dr. Pedro Freire, 159, Centro, 58200-000 -
(83) 8810-1234/9999-4553/0712-9022 - br@bragaadvogados.com.br



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 1.649.223 2ª via DATA DE EMISSÃO 23 DEZ 1999

NOME MERIVALDO ARATJO

RELIGIÃO

MAIORIDADE Maria de Lourdes Aratjo 16.07.1965

LOCALIDADE São José de Espinharas-FB DATA DE NASCIMENTO

SOC. OFICIAL Cert. 0ns. 10730. FLS. 40. Liv. 29-E

CPF 59.386.886-72

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO

LEI Nº 11.367 DE 29/09/2006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA


INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI-93

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO

CARTÃO DE IDENTIDADE






CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que se encontra registrada nesta Delegacia, a **Ocorrência nº 1858/2016**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos QUATRO dias do mês de MAIO do ano DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, **DANIELA ROSA QUIRINO DE SÁ PIRES**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado, por volta das 09:25 horas, compareceu: **NERIVALDO ARAUJO**, brasileira, RG 1649223 SSP/PB, CPF 593.868.864-72, natural de S. J. De Espinharas/PB, data de nasc. 16/07/1965, filho(a) de Maria de Lourdes Araujo e de pai não declarado, residente na Rua, Antonio Barreto, 894, Monte Castelo, Patos/PB, Tel. (83)9.9955.9005:, a fim de notificar o seguinte:

Que, na data 01/01/2016, por volta das 17:00 horas, conduzia sua moto de marca/modelo HONDA/XRE 300, placa QFE-4337/PB, Cód. Renavam 01115013073, licenciada em nome do notificante, quando na rua Rosa de Figueiredo, bairro Maternidade, nesta cidade, perdeu o controle da moto e caiu; Que, foi levado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, nesta cidade, pelo seu irmão.

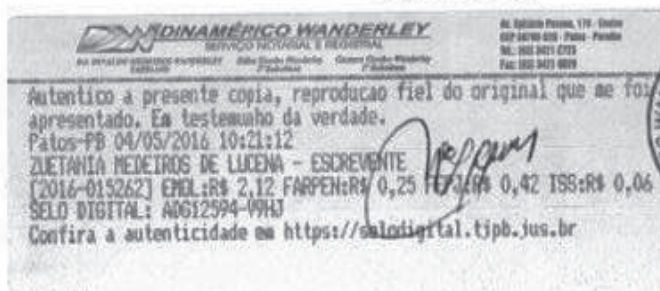
Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão. (Artigo 299, do C.P.B. – Falsidade Ideológica – Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante: Nerivaldo Araujo

Patos/PB, 04 de maio de 2016.

APC-ANA MARIA DA C. LEANDRO
Mat.138.428-7



JOSÉ FRANCISCO PEREIRA RIBEIRO
RUA ANTONIO BARNETO, S/N - MONTE CASTELO
PATOS / PB CEP: 58100000 (AQ: 118)

Classificação: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 18 - 118 - 495 - 7380
Nº medidor: 0000859794

Referência: Fev/2016
Emissão: 19/03/2016

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, km 25 - Costa Rodovia - João Pessoa/PB - CEP 58071-080
CNPJ 09.095.180/0001-40 Insc. Est. 16.015.822-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 001 253 001
Código para Débito Automático: 00017144353

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/1714435-3

Fev/2016

Canal de contato

Apresentação

• Redução do valor da bandeira vermelha para o patamar 1, R\$ 3,00, a cada 100 kWh consumidos, vigente a partir de 01/03/2016

29/02/2016

Data prevista da próxima leitura

30/03/2016

CPF/CNPJ/RANI

3208189471

Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 24/02/2016 PAGAS
CORRETO

Histórico de Consumo
(kWh)

Jan/16	103
Dez/15	100
Nov/15	110
Out/15	104
Set/15	78
Ago/15	0
Jul/15	1
Jun/15	0
Mai/15	2
Abr/15	20
Mar/15	26
Fev/15	21

Média dos últimos meses
47 kWh

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
28/01/16	564	29/02/16	707	
			1	113
				37

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	143	0,41817	59,79
Adic. B Vermelha			4,49
ICMS			28,41
PIS			1,37
COFINS			6,98
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUIÇÃO LUM PÚBLICA			10,35
JUROS DE MORA 01/2016			0,64
MULTA 01/2016			1,67
COMP. INDICADOR DIC TRIMESTRAL 12/2015			-0,13
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR CMC 12/2015			-0,93

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	97,82	27,00	26,41
PIS	97,82	1,0000	1,37
COFINS	97,82	6,0000	5,98

VENCIMENTO

07/03/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 109,02

85b6.17e3.79db.a57c.2da8.c35f.55bd.0ae8

Indicadores de Qualidade 12/2015-Janeiro

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	8,00	5,98
DIC TRIMESTRAL	12,00	
DIC ANUAL	24,12	
FIC MENSAL	2,00	
FIC TRIMESTRAL	3,10	
FIC ANUAL	14,20	
DMC	3,84	
DCRC	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia PB	21,47	19,60
Compra de Energia	34,35	31,20
Serviço de Transmissão	1,67	1,52
Encargos Setoriais	8,78	8,17
Impostos, Custos e Encargos	45,80	41,81
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	110,08	100,00

Valor do EUSO (Ref. 12/2015) R\$ 22,21

ATENÇÃO

• Leitura confirmada



00
00
NOME
NERIVALDO ARAUJO

CPF / CNPJ 59386886472 PLACA OFE4137/PB

6	PLACA ANT / UF	CHASSI
	NOVO PB	9C2ND1110ER025977

ESPECIE TIPO **AS/MOTOCICLE/NAO APIC** COMBUSTIVEL **ALCO/GASOL**

<p> MARCA / MODELO HONDA / XRE 300 </p>	<p> ANO FAB. 2014 </p>	<p> ANO M.O.D. 2014 </p>
--	-----------------------------	-------------------------------

CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
2 P/291 /CI	PARTIC	VERMELHA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC / COTAS
IPVA PAGO EM	23/07/2015	1º

FAIXA LPVA.	PARCELAMENTO / COTAS	2º	3º
*****	0		

PREMIO TARIFARIO (R\$)	ICF (R\$)	PREMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
*****	*****	SEGURO	P A G O 23/07/2015

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÕES
	A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA		

○

PATOS-PB-LOCAL- DATA- 23/07/2015

36838  RTI Products

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA - A PESSOAS TRANSPORTADAS OU MAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012029623859 BILHETE DE SEGURO DPVAT

5.3\03\5037

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO PRIVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br*

SAC DPVAT 0800 022 1204

5014 3 3000011706K052011
EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2015 22/07/2015

50206000470
PLACA
50206000470

RENAVAM	MARCA / MODELO
1115013028	FIAT / UNO 1.0

FAB.	CAT. TARIF.	N° CHASSI	
2017			00000111000000000000

PRÉMIUM TARIFFARIO

FMS (R\$)		DEMATRAN (R\$)		CUSTO DO SEGURO (R\$)	
*****		*****		*****	

TO DO BILHETE (R\$)	IDF (R\$)	TOTAL SET (R\$) F.E.O. 8554-1003 (R\$)
*****	SECIPO	P A C

DATA DE EMISSÃO	5107/69/37
PAGAMENTO	

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

www.seguredoralldoz.com.br

38857-1111238-20150723

ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE				MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL					
USUS CNES: 2605473 CNPJ: 08.778.286/002376 NOME: HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO ENDEREÇO: RUA HORACIO NORRÊGA, S/N CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA UF: 26		Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO) Paciente: NERVALDO ARAUJO Mãe: MARIA DE LOURDES ARAUJO Nascimento: 16/7/1965 Idade: 50 Cor: BRANCA Sexo: M Endereço: PEDREIRO Bairro: ANTONIO BARRETO Cidade: MONTE CASTELO Estado: PATOS - PB - 58700-000 - 2513808 CINS: 165-6819-7409-0006 CPF: 1/1/2015 17:30:01		Num. B94 Fone: (33)99555-9005 Identidade: 50393 Reg. Nasc: Israel Recoponista: Israel Ficha Número: 109555	
PESO: PA: TEMP:		CID-10:		DIAGNÓSTICO:	
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO) PA em bom estado de saúde, sem queixas atuais.		MEDICAÇÃO:		ENCAMINHAMENTO:	
1. PRESCRITA:		2. APLICADA:		3. OUTROS:	
1. OBSERVAÇÃO:		2. OUTRO HOSPITAL:		3. RESIDÊNCIA:	
4. OUTROS:		5. OUTROS:		6. OUTROS:	
7. OUTROS:		8. OUTROS:		9. OUTROS:	
10. OUTROS:		11. OUTROS:		12. OUTROS:	
13. OUTROS:		14. OUTROS:		15. OUTROS:	
16. OUTROS:		17. OUTROS:		18. OUTROS:	
19. OUTROS:		20. OUTROS:		21. OUTROS:	
22. OUTROS:		23. OUTROS:		24. OUTROS:	
25. OUTROS:		26. OUTROS:		27. OUTROS:	
28. OUTROS:		29. OUTROS:		30. OUTROS:	
31. OUTROS:		32. OUTROS:		33. OUTROS:	
34. OUTROS:		35. OUTROS:		36. OUTROS:	
37. OUTROS:		38. OUTROS:		39. OUTROS:	
40. OUTROS:		41. OUTROS:		42. OUTROS:	
43. OUTROS:		44. OUTROS:		45. OUTROS:	
46. OUTROS:		47. OUTROS:		48. OUTROS:	
49. OUTROS:		50. OUTROS:		51. OUTROS:	
52. OUTROS:		53. OUTROS:		54. OUTROS:	
55. OUTROS:		56. OUTROS:		57. OUTROS:	
58. OUTROS:		59. OUTROS:		60. OUTROS:	
61. OUTROS:		62. OUTROS:		63. OUTROS:	
64. OUTROS:		65. OUTROS:		66. OUTROS:	
67. OUTROS:		68. OUTROS:		69. OUTROS:	
70. OUTROS:		71. OUTROS:		72. OUTROS:	
73. OUTROS:		74. OUTROS:		75. OUTROS:	
76. OUTROS:		77. OUTROS:		78. OUTROS:	
79. OUTROS:		80. OUTROS:		81. OUTROS:	
82. OUTROS:		83. OUTROS:		84. OUTROS:	
85. OUTROS:		86. OUTROS:		87. OUTROS:	
88. OUTROS:		89. OUTROS:		90. OUTROS:	
91. OUTROS:		92. OUTROS:		93. OUTROS:	
94. OUTROS:		95. OUTROS:		96. OUTROS:	
97. OUTROS:		98. OUTROS:		99. OUTROS:	
100. OUTROS:		101. OUTROS:		102. OUTROS:	
103. OUTROS:		104. OUTROS:		105. OUTROS:	
106. OUTROS:		107. OUTROS:		108. OUTROS:	
109. OUTROS:		110. OUTROS:		111. OUTROS:	
112. OUTROS:		113. OUTROS:		114. OUTROS:	
115. OUTROS:		116. OUTROS:		117. OUTROS:	
118. OUTROS:		119. OUTROS:		120. OUTROS:	
121. OUTROS:		122. OUTROS:		123. OUTROS:	
124. OUTROS:		125. OUTROS:		126. OUTROS:	
127. OUTROS:		128. OUTROS:		129. OUTROS:	
130. OUTROS:		131. OUTROS:		132. OUTROS:	
133. OUTROS:		134. OUTROS:		135. OUTROS:	
136. OUTROS:		137. OUTROS:		138. OUTROS:	
139. OUTROS:		140. OUTROS:		141. OUTROS:	
142. OUTROS:		143. OUTROS:		144. OUTROS:	
145. OUTROS:		146. OUTROS:		147. OUTROS:	
148. OUTROS:		149. OUTROS:		150. OUTROS:	
151. OUTROS:		152. OUTROS:		153. OUTROS:	
154. OUTROS:		155. OUTROS:		156. OUTROS:	
157. OUTROS:		158. OUTROS:		159. OUTROS:	
160. OUTROS:		161. OUTROS:		162. OUTROS:	
163. OUTROS:		164. OUTROS:		165. OUTROS:	
166. OUTROS:		167. OUTROS:		168. OUTROS:	
169. OUTROS:		170. OUTROS:		171. OUTROS:	
172. OUTROS:		173. OUTROS:		174. OUTROS:	
175. OUTROS:		176. OUTROS:		177. OUTROS:	
178. OUTROS:		179. OUTROS:		180. OUTROS:	
181. OUTROS:		182. OUTROS:		183. OUTROS:	
184. OUTROS:		185. OUTROS:		186. OUTROS:	
187. OUTROS:		188. OUTROS:		189. OUTROS:	
190. OUTROS:		191. OUTROS:		192. OUTROS:	
193. OUTROS:		194. OUTROS:		195. OUTROS:	
196. OUTROS:		197. OUTROS:		198. OUTROS:	
199. OUTROS:		200. OUTROS:		201. OUTROS:	
202. OUTROS:		203. OUTROS:		204. OUTROS:	
205. OUTROS:		206. OUTROS:		207. OUTROS:	
208. OUTROS:		209. OUTROS:		210. OUTROS:	
211. OUTROS:		212. OUTROS:		213. OUTROS:	
214. OUTROS:		215. OUTROS:		216. OUTROS:	
217. OUTROS:		218. OUTROS:		219. OUTROS:	
220. OUTROS:		221. OUTROS:		222. OUTROS:	
223. OUTROS:		224. OUTROS:		225. OUTROS:	
226. OUTROS:		227. OUTROS:		228. OUTROS:	
229. OUTROS:		230. OUTROS:		231. OUTROS:	
232. OUTROS:		233. OUTROS:		234. OUTROS:	
235. OUTROS:		236. OUTROS:		237. OUTROS:	
238. OUTROS:		239. OUTROS:		240. OUTROS:	
241. OUTROS:		242. OUTROS:		243. OUTROS:	
244. OUTROS:		245. OUTROS:		246. OUTROS:	
247. OUTROS:		248. OUTROS:		249. OUTROS:	
250. OUTROS:		251. OUTROS:		252. OUTROS:	
253. OUTROS:		254. OUTROS:		255. OUTROS:	
256. OUTROS:		257. OUTROS:		258. OUTROS:	
259. OUTROS:		260. OUTROS:		261. OUTROS:	
262. OUTROS:		263. OUTROS:		264. OUTROS:	
265. OUTROS:		266. OUTROS:		267. OUTROS:	
268. OUTROS:		269. OUTROS:		270. OUTROS:	
271. OUTROS:		272. OUTROS:		273. OUTROS:	
274. OUTROS:		275. OUTROS:		276. OUTROS:	
277. OUTROS:		278. OUTROS:		279. OUTROS:	
280. OUTROS:		281. OUTROS:		282. OUTROS:	
283. OUTROS:		284. OUTROS:		285. OUTROS:	
286. OUTROS:		287. OUTROS:		288. OUTROS:	
289. OUTROS:		290. OUTROS:		291. OUTROS:	
292. OUTROS:		293. OUTROS:		294. OUTROS:	
295. OUTROS:		296. OUTROS:		297. OUTROS:	
298. OUTROS:		299. OUTROS:		300. OUTROS:	
301. OUTROS:		302. OUTROS:		303. OUTROS:	
304. OUTROS:		305. OUTROS:		306. OUTROS:	
307. OUTROS:		308. OUTROS:		309. OUTROS:	
310. OUTROS:		311. OUTROS:		312. OUTROS:	
313. OUTROS:		314. OUTROS:		315. OUTROS:	
316. OUTROS:		317. OUTROS:		318. OUTROS:	
319. OUTROS:		320. OUTROS:		321. OUTROS:	
322. OUTROS:		323. OUTROS:		324. OUTROS:	
325. OUTROS:		326. OUTROS:		327. OUTROS:	
328. OUTROS:		329. OUTROS:		330. OUTROS:	
331. OUTROS:		332. OUTROS:		333. OUTROS:	
334. OUTROS:		335. OUTROS:		336. OUTROS:	
337. OUTROS:		338. OUTROS:		339. OUTROS:	
340. OUTROS:		341. OUTROS:		342. OUTROS:	
343. OUTROS:		344. OUTROS:		345. OUTROS:	
346. OUTROS:		347. OUTROS:		348. OUTROS:	
349. OUTROS:		350. OUTROS:		351. OUTROS:	
352. OUTROS:		353. OUTROS:		354. OUTROS:	
355. OUTROS:		356. OUTROS:		357. OUTROS:	
358. OUTROS:		359. OUTROS:		360. OUTROS:	
361. OUTROS:		362. OUTROS:		363. OUTROS:	
364. OUTROS:		365. OUTROS:		366. OUTROS:	
367. OUTROS:		368. OUTROS:		369. OUTROS:	
370. OUTROS:		371. OUTROS:		372. OUTROS:	
373. OUTROS:		374. OUTROS:		375. OUTROS:	
376. OUTROS:		377. OUTROS:		378. OUTROS:	
379. OUTROS:		380. OUTROS:		381. OUTROS:	
382. OUTROS:		383. OUTROS:		384. OUTROS:	
385. OUTROS:		386. OUTROS:		387. OUTROS:	
388. OUTROS:		389. OUTROS:		390. OUTROS:	
391. OUTROS:		392. OUTROS:		393. OUTROS:	
394. OUTROS:		395. OUTROS:		396. OUTROS:	
397. OUTROS:		398. OUTROS:		399. OUTROS:	
400. OUTROS:		401. OUTROS:		402. OUTROS:	
403. OUTROS:		404. OUTROS:		405. OUTROS:	
406. OUTROS:		407. OUTROS:		408. OUTROS:	
409. OUTROS:		410. OUTROS:		411. OUTROS:	
412. OUTROS:		413. OUTROS:		414. OUTROS:	
415. OUTROS:		416. OUTROS:		417. OUTROS:	
418. OUTROS:		419. OUTROS:		420. OUTROS:	
421. OUTROS:		422. OUTROS:		423. OUTROS:	
424. OUTROS:		425. OUTROS:		426. OUTROS:	
427. OUTROS:		428. OUTROS:		429. OUTROS:	
430. OUTROS:		431. OUTROS:		432. OUTROS:	
433. OUTROS:		434. OUTROS:		435. OUTROS:	
436. OUTROS:		437. OUTROS:		438. OUTROS:	
439. OUTROS:		440. OUTROS:		441. OUTROS:	
442. OUTROS:		443. OUTROS:		444. OUTROS:	
445. OUTROS:		446. OUTROS:		447. OUTROS:	
448. OUTROS:		449. OUTROS:		450. OUTROS:	
451. OUTROS:		452. OUTROS:		453. OUTROS:	
454. OUTROS:		455. OUTROS:		456. OUTROS:	
457. OUTROS:		458. OUTROS:		459. OUTROS:	
460. OUTROS:		461. OUTROS:		462. OUTROS:	
463. OUTROS:		464. OUTROS:		465. OUTROS:	
466. OUTROS:		467. OUTROS:		468. OUTROS:	
469. OUTROS:		470. OUTROS:		471. OUTROS:	
472. OUTROS:		473. OUTROS:		474. OUTROS:	
475. OUTROS:		476. OUTROS:		477. OUTROS:	
478. OUTROS:		479. OUTROS:		480. OUTROS:	
481. OUTROS:		482. OUTROS:		483. OUTROS:	
484. OUTROS:		485. OUTROS:		486. OUTROS:	
487. OUTROS:		488. OUTROS:		489. OUTROS:	
490. OUTROS:		491. OUTROS:		492. OUTROS:	
493. OUTROS:		494. OUTROS:		495. OUTROS:	
496. OUTROS:		497. OUTROS:		498. OUTROS:	
499. OUTROS:		500. OUTROS:		501. OUTROS:	





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0804752-21.2017.8.15.0251

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Ao analisar a inicial e os documentos constantes dos autos, verifico que a parte Autora exerce profissão, mas não informa seus rendimentos. A fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte Autora, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, determino a juntada das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ), **juntando, em qualquer caso, os comprovantes de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria e CTPS**, informando seus eventuais gastos, caso existam, podendo o(a) Autor(a) fazer as manifestações que achar pertinentes. Prazo: 15 dias.

2. Caso a parte não se manifeste acerca da providência acima, intime-se novamente, desta vez para regularizar o prosseguimento do feito, em 15 (quinze dias) dias, providenciando o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção.

Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

Bruno Medrado dos Santos
Juiz de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA
MISTA DA COMARCA DE PATOS – PB.
SEGUE ANEXA EM FORMATO PDF, DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE
IMPOSTO DE RENDA CONFORME SOLICITADO.**



DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA- PESSOA FÍSICA

Eu, **NERIVALDO ARAÚJO**, brasileiro, casado, desempregado, inscrito no CPF Nº 593.868.864-72 e RG Nº 1649223 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Antônio Barreto, Nº 894, Bairro do Monte Castelo, CEP 58.707-180, afirmo que sou isento de declarar o Imposto de Renda pelo motivo de não alcançar renda suficiente para ultrapassar o teto mínimo estabelecido pela Receita Federal, para que se haja obrigação em declarar tal imposto. Afirmo ainda, que esta declaração segue em conformidade com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864 de 25 de julho de 2008, relatando que deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir de 2008; também segue em conformidade com o previsto na Lei nº 7.115/83 relatando que a isenção poderá ser comprovada mediante de declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

Alego ser verdade todo o exposto acima.

Patos, 10 de 10 de 2018.

Nerivaldo Araujo





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

PROCESSO: 0804752-21.2017.8.15.0251

DECISÃO

Vistos, etc.

A fim de verificar a situação de alegada hipossuficiência econômica do Autor, conforme faculta do art. 99, §2º do CPC/2015, este Juízo determinou a sua comprovação.

A análise dos documentos juntados deve ser feita de maneira global. Verifica-se que o(a) Autor(a) NÃO CUMPRIU integralmente o despacho de ID 15677880, deixando de juntar cópia da sua CTPS. Ademais, não indicou sua profissão (desempregado não é profissão e sim um estado de não exercício de trabalho), tampouco sua renda, reservando-se a juntar a declaração de isenção de imposto de renda. Assim, ausentes elementos suficientes que permitam concluir o preenchimento dos requisitos, uma simples concessão de gratuidade de justiça não é viável. Contudo o pagamento do valor integral das custas também traria à parte Autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família.

Dessa forma, a fim de garantir o acesso à justiça à parte autora, e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, **CONCEDO JUSTIÇA GRATUITA PARCIAL e PARCELAMENTO DAS DESPESAS (art. 98, §§ 5º e 6º, CPC/2015 c/c Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ)** à parte Autora nos seguintes termos: 1) Redução de 50% do valor das custas, ou seja, a parte Autora deverá recolher 50% do valor total das custas calculadas; Possibilidade de parcelamento do valor em até 2 (duas) vezes, valor este que deve ser corrigido mensalmente pela UFIR vigente no mês (art. 2º, caput, da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).

Determino à autora o recolhimento das custas processuais reduzidas em parcela única ou o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação (art. 290, CPC/2015). As demais parcelas devem ser recolhidas até o último dia do mês subsequente e não se suspende em virtude do recesso forense, nem de qualquer outro motivo de suspensão do processo (art. 2º, §2º, da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).

Incumbe à parte beneficiária do parcelamento extrair do sistema Custas Online, no portal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (www.tjpb.jus.br), o boleto relativo a cada parcela, utilizando o número do respectivo processo ou da guia de custas, sendo vedado o pagamento de despesas processuais que não seja por meio de guias de recolhimento (art. 5º, da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).

P.I.

PATOS, 13 de setembro de 2019

Bruno Medrado dos Santos
Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0804752-21.2017.8.15.0251
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[SEGURO]

AUTOR: NERIVALDO ARAUJO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

7ª Vara Mista de Patos-Pb, 1 de novembro de 2019.

MARIA DE LOURDES RODRIGUES
Chefe de Cartório





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520192732406

Nome original: 0810973-26.2019.8.15.0000.pdf

Data: 31/10/2019 15:14:16

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a V. Exa cópia da Decisão proferida nos autos do AI nº 0810973-26.2019.8.15.0000 (PJE), interposto contra os termos do despacho desse Juízo, lançado na Ação nº 0804752-21.2017.815.0251





31/10/2019

Número: **0810973-26.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. José Aurélio da Cruz**

Última distribuição : **16/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Processo referência: **0804752-21.2017.8.15.0251**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
NERIVALDO ARAUJO (AGRAVANTE)			GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
47368 17	31/10/2019 13:21	Decisão	Decisão





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ
Praça João Pessoa, s/n – CEP. 58.013-902 – João Pessoa – PB
Telefone/PABX: (83) 3216-1400

DECISÃO LIMINAR

Agravo de Instrumento nº 0810973-26.2019.8.15.0000
Relator: Desembargador José Aurélio da Cruz
Agravante: Nerivaldo Araújo
Advogado: Gabriel Felipe Oliveira Brandão - OAB/PB:16.870, Eliakin Oliveira Brandão
- OAB/PB: 25.151
Agravado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A

Vistos, etc.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Nerivaldo Araújo em face de decisão proferida pelo Magistrado Bruno Medrado dos Santos, em atuação na 7ª Vara Mista de Patos, que deferiu parcialmente seu pedido de Gratuidade Processual.

O agravante alega que se encontra em momento financeiro delicado por estar desempregado e não ter renda certa e determinada, pelo que não tem a mínima condição de arcar com custas processuais.

Por fim, requer que o presente recurso seja conhecido e provido para reformar a decisão agravada, concedendo-lhes os benefícios integrais da Justiça Gratuita.

É o relatório.

DECIDO

Registre-se, de início, as disposições do art. 1.019, inciso I, do CPC/2015, que estabelece que o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, nos seguintes termos:

Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, **o relator**, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - **poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso** ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão; **Grifei.**

O parágrafo único do art. 995, do mesmo diploma, por sua vez, traz os requisitos necessário para a concessão do referido efeito suspensivo. Veja-se:



Assinado eletronicamente por: José Aurélio da Cruz - 31/10/2019 13:21:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910311321203460000004721621>
Número do documento: 1910311321203460000004721621

Num. 4736817 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 01/11/2019 09:40:12
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110109401238200000024963077>
Número do documento: 19110109401238200000024963077

Num. 25827353 - Pág. 3

Art. 995. [...]

Parágrafo único: A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver **risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação**, e ficar demonstrada a **probabilidade de provimento do recurso**.

Assim, só haverá que se falar em suspensão da eficácia de uma decisão combatida, caso se esteja diante de dois pressupostos legais, quais sejam: a) o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e b) a probabilidade de provimento recursal.

Pois bem. No caso discute-se o benefício da gratuidade judiciária integral.

Segundo a regra inserta no art. 98, *caput*, do CPC/2015, “a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

O art. 99, § 3º do mesmo diploma estabelece que “*presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural*.”. Todavia, tal regra poderá ser afastada, caso haja indícios de que a parte possua condições de arcar com as custas e despesas processuais.

Nesses casos, poderá o magistrado, mediante decisão devidamente fundamentada, indeferir o benefício requerido, o que deve ser precedido de intimação da parte para comprovação do preenchimento dos pressupostos legais para sua concessão (art. 98, §2º, do CPC).

Desse modo, sobre a afirmação de ser pobre na forma da lei paira uma presunção relativa de veracidade, podendo esta ser elidida pelo julgador, desde que haja indicativos seguros e irrefutáveis da possibilidade de o interessado arcar com as despesas do processo.

No presente caso, o Juízo singular deferiu parcialmente o pleito de gratuidade judiciária (ID 24410210 - processo nº 0804752-21.2017.815.0251 - originário).

Irresignado, o promovente interpôs o presente agravo, reiterando sua impossibilidade de arcar com as custas processuais, ressaltando que se encontra desempregado.

No caso em tela, observo que o agravante colacionou aos autos originários declaração de isenção de imposto de renda (ID 17125387) conforme previsto na Lei 7.115/83, bem como, declaração de hipossuficiência (ID 9770739). No entanto, deixou de juntar cópia da CTP - Carteira de Trabalho e Previdência Social, solicitada pelo magistrado. Quanto à sua profissão, consta na ficha de atendimento laboratorial (ID 9770823), como sendo pedreiro.

Apesar de não haver nos autos o demonstrativo das custas iniciais, em face do agravante afirmar que se encontra desempregado, e não havendo quaisquer indícios em contrário, entendo que a liminar de gratuidade judiciária lhe deva ser concedida.

Válido lembrar que “o benefício da assistência judiciária não atinge apenas os pobres e miseráveis, mas, também, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas e demais despesas do processo, sem prejuízo do seu sustento ou da família”.



Assinado eletronicamente por: José Aurélio da Cruz - 31/10/2019 13:21:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910311321203460000004721621>
Número do documento: 1910311321203460000004721621

Num. 4736817 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 01/11/2019 09:40:12
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110109401238200000024963077>
Número do documento: 19110109401238200000024963077

Num. 25827353 - Pág. 4

Sobre o tema, precedentes de Tribunais de Justiça pátrios:

JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE NECESSIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA. É **pacífica a jurisprudência desta Corte, do Superior Tribunal de Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal no sentido de que mesmo pessoas de classe média fazem jus à assistência judiciária gratuita, pois são altos os custos do acesso à Justiça que deve ser facilitado não só aos miseráveis, mas a todos aqueles que se encontrem em situação de hipossuficiência, objetivamente considerada.** Hipótese em que a autora, ora agravante, é diarista e figura como isenta do IRFP. Recurso provido. (TJ-RJ - AI: 00574852620188190000, Relator: Des(a). MARCO ANTONIO IBRAHIM, Data de Julgamento: 29/05/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL).

APELAÇÃO. DIREITO DE VIZINHANÇA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. RUÍDO EXCESSIVO PROVENIENTE DO ESTABELECIMENTO DA RÉ. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA POR OCASIÃO DO APELO. DOCUMENTOS QUE COMPROVAM QUE OS VALORES RECEBIDOS PELA AUTORA SÃO GASTOS COM SUA MANUTENÇÃO. DIREITO AO BENEFÍCIO. Nos termos da legislação de regência sobre a matéria, **o benefício da assistência judiciária não é concedido apenas aos miseráveis, mas também àqueles que estejam em situação econômica que não lhes permitam pagar despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família.** [...] (TJ-SP - APL: 40316964220138260224 SP 4031696-42.2013.8.26.0224, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 18/10/2016, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/10/2016).

Grifos nossos.

De modo que, pelo menos em um juízo de cognição sumária, segundo o panorama processual ora visto, vislumbro a probabilidade de provimento recursal, levando-se em consideração o fato do recorrente se encontrar desempregado.

Também, vê-se o risco de dano grave, ante a iminência de arquivamento processual, caso as custas não sejam pagas.

DISPOSITIVO

Pelo exposto, **DEFIRO O PEDIDO LIMINAR**, suspendendo a interlocutória recorrida, a fim de que o processo principal siga sua marcha normal, devendo o Juízo singular ser imediatamente comunicado desta decisão e intimada a parte agravada para, no prazo de quinze dias, vir a responder o presente recurso.

P. I.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente



Assinado eletronicamente por: José Aurélio da Cruz - 31/10/2019 13:21:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910311321203460000004721621>
Número do documento: 1910311321203460000004721621

Num. 4736817 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 01/11/2019 09:40:12
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110109401238200000024963077>
Número do documento: 19110109401238200000024963077

Num. 25827353 - Pág. 5



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0804752-21.2017.8.15.0251

DESPACHO

Vistos, etc.

Foi concedida a gratuidade parcial ao promovente com determinação de recolhimento das custas parciais.

O promovente agravou a decisão.

Em sede de liminar o TJPB determinou o seguimento do feito até decisão final, nos seguintes termos: "**Pelo exposto, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR, suspendendo a interlocutória recorrida, a fim de que o processo principal siga sua marcha normal, devendo o Juízo singular ser imediatamente comunicado desta decisão e intimada a parte agravada para, no prazo de quinze dias, vir a responder o presente recurso**", razão pela qual dou seguimento ao feito.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, deste Diploma.

Cite-se a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC). Voltando o AR negativo, cite-se por oficial de justiça, uma vez recolhidas as custas respectivas, se for o caso, inclusive intimando-se para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser **intimada** para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo, inclusive, corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

Com a decisão final do agravo de instrumento, junte-se e imediatamente faça os autos conclusos.

Cumpra-se. Intimações e Diligências necessárias.

Patos, 7 de junho de 2020

Bruno Medrado dos Santos
Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Mista de Patos

PROCESSO Nº 0804752-21.2017.8.15.0251
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Seguro]

AUTOR: NERIVALDO ARAUJO
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

7ª Vara Mista de Patos-Pb, 8 de junho de 2020.

MARIA DE LOURDES RODRIGUES
Chefe de Cartório





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520203104470

Nome original: 0810973-26.2019.8.15.0000.pdf

Data: 06/06/2020 17:24:27

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a V. Exa cópia da Decisão proferida nos autos do AI nº 0810973-26.2019.8.15.0000 (PJE), interposto contra os termos do despacho desse Juízo, lançado na Ação nº 0804752-21.2017.815.0251





06/06/2020

Número: **0810973-26.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. José Aurélio da Cruz**

Última distribuição : **16/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Processo referência: **0804752-21.2017.8.15.0251**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NERIVALDO ARAUJO (AGRAVANTE)		GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6485272	01/06/2020 15:44	Acórdão	Acórdão





PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ
Praça João Pessoa, s/n – CEP. 58.013-902 – João Pessoa – PB Telefone/PABX: (83) 3216-1400

ACÓRDÃO

Agravo de Instrumento nº 0810973-26.2019.8.15.0000

Relator: Juiz Eduardo José de Carvalho Soares, convocado para substituir o Desembargador José Aurélio da Cruz.

Agravante: Nerivaldo Araújo

Advogado: Gabriel Felipe Oliveira Brandão - OAB/PB:16.870, Eliakin Oliveira Brandão - OAB/PB: 25.151

Agravado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - GRATUIDADE JUDICIÁRIA PARCIALMENTE DEFERIDA - PESSOA FÍSICA - PROMOVENTE DESEMPREGADO - COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - BENEFÍCIO QUE MERECE SER DEFERIDO EM SUA TOTALIDADE - PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Nos termos do art. 98 do CPC, "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça". 2. Considerando a inexistência de qualquer elemento que evidencie a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, o provimento do recurso para deferir ao recorrente os benefícios da justiça gratuita, é medida que se impõe.

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os integrantes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e da certidão de julgamento retro.

RELATÓRIO Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Nerivaldo Araújo em face da decisão proferida pelo Magistrado Bruno Medrado dos Santos, em atuação na 7ª Vara Mista de Patos, que deferiu parcialmente seu pedido de Gratuidade Processual. Nas razões do recurso aduz o agravante que atualmente se encontra desempregado, não tendo condições de arcar com as custas judiciais sem prejuízo do próprio sustento. Pede o provimento do presente recurso no sentido de deferir o benefício integral da gratuidade processual. Liminar deferida, suspendendo a interlocutória (ID 4736817). Decorrido prazo para contrarrazões (Certidão - ID 5109530). Sem parecer ministerial, porquanto ausente interesse público que torne necessária a sua intervenção. **É o relatório.**

VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Conforme se infere dos autos, o presente inconformismo tem como objeto o direito à gratuidade de justiça integral requerida pelo agravante. É cediço que o instituto da assistência judiciária tem por finalidade garantir o acesso de todos os necessitados à proteção judicial, sendo este direito garantido por força do artigo 5º, inciso LXXIV da CF de 1988, devendo ser



Assinado eletronicamente por: EDUARDO JOSE DE CARVALHO SOARES - 01/06/2020 15:44:01
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060115440147100000006460539>
Número do documento: 20060115440147100000006460539

Num. 6485272 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 08/06/2020 09:15:01
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060809150127500000030074677>
Número do documento: 20060809150127500000030074677

Num. 31348524 - Pág. 3

amplo e integral. Com o advento do novo Código de Processo Civil, a Lei nº 1.060/50, que estabelecia as normas para a concessão de assistência judiciária gratuita aos necessitados, restou parcialmente revogada, haja vista que o instituto da gratuidade de justiça passou a ser tratado, expressamente, nos arts. 98 a 102 da Lei nº 13.105/2015. De acordo com o art. 98 da nova legislação, "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Referido dispositivo está em consonância com o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que estabelece que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". É evidente, portanto, que a concessão da justiça gratuita está condicionada à prova da hipossuficiência econômica pela parte interessada. No caso em tela, o Juízo singular deferiu parcialmente o pleito de gratuidade judiciária (ID 24410210 - processo originário). Irresignada, a parte autora interpôs o presente agravo (ID 4714025), reiterando sua impossibilidade de suportar as custas processuais em virtude de, atualmente, se encontrar desempregado anexando ao processo originário nº 084752-21.2017.815.0251, nos IDs 9770739 e 17125387, declaração de hipossuficiência e de isenção de imposto de renda. Observo que o valor da causa é no importe de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Assim, entendo que no caso em análise é imperioso reconhecer que o agravante faz jus ao benefício integral da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC/15, por se encontrar desempregado, ademais frente ao valor das custas acima. Ressalto, porém, que a referida concessão pode ser revista, inclusive pelo Juiz primevo, caso surjam outros elementos aptos a afastar a benesse outorgada. Por outro lado, não vejo no processo qualquer outro elemento que evidencie a falta dos pressupostos legais à concessão da gratuidade. Com relação à matéria, a jurisprudência do Tribunal de Justiça da Paraíba diz o seguinte:

Agravo de Instrumento – Justiça gratuita – Pessoa Física – Necessidade de comprovação da afirmação feita em declaração de hipossuficiência - Presença - Provimento. - A simples declaração de hipossuficiência financeira não é suficiente para concessão do benefício da gratuidade da justiça à pessoa física, exigindo-se a comprovação do estado de hipossuficiência, a partir de uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico, na forma do art. 98, no § 3º, do art. 99, do CPC/15 e no inc. LXXIV, do art. 5º, da CF. - Restando evidenciada nos autos eletrônicos que a agravante auferia um valor um pouco superior a um salário-mínimo e de grave sua descendente é portadora de grave enfermidade pela qual há comprometimento da renda familiar, o deferimento das benesses da gratuidade judiciária é medida que se impõe. (0803478-62.2018.8.15.0000, Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, AGRAVO DE INSTRUMENTO, 2ª Câmara Cível, juntado em 21/02/2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO — INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA — PESSOA FÍSICA — DECLARAÇÃO DE POBREZA — PRESUNÇÃO IURIS TANTUM DE VERACIDADE — PROVIMENTO. É que a Lei nº 1.060/50 – norma jurídica aplicável à espécie – firma ser suficiente ao exercício do direito à gratuidade da justiça a mera alegação de que o sujeito encontra-se impossibilitado de suportar as despesas processuais, sem sacrificar o próprio sustento ou o de sua família. Em linhas gerais, essa é a orientação estabelecida pelo art. 4º, § 1º, da citada lei. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS estes autos antes identificados. ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em dar provimento ao agravo de instrumento. (0806305-46.2018.8.15.0000, Rel. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides, AGRAVO DE INSTRUMENTO, 3ª Câmara Cível, juntado em 24/05/2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA NATURAL. PROMOVENTE DESEMPREGADO. DEMONSTRAÇÃO DA ADEQUAÇÃO À CONCESSÃO INTEGRAL DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. REDUÇÃO PERCENTUAL E PARCELAMENTO QUE, NO CASO, REVELAM-SE OBSTÁCULO IRRAZOÁVEL AO ACESSO À JUSTIÇA. PROVIMENTO. - Dentro da seara dos novos contornos da gratuidade judiciária implementados pelo Código de Processo Civil de 2015, deve-se considerar a necessidade de mudança do paradigma para que seja alterada a situação anterior de concessão indiscriminada do benefício, porém, não se deve perder de vista que tal entendimento de mudança não deve incidir a qualquer custo, prejudicando sobretudo pessoas em estado de vulnerabilidade econômica. O rigor que a mudança exige deve



Assinado eletronicamente por: EDUARDO JOSE DE CARVALHO SOARES - 01/06/2020 15:44:01
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060115440147100000006460539>
Número do documento: 20060115440147100000006460539

Num. 6485272 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 08/06/2020 09:15:01
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060809150127500000030074677>
Número do documento: 20060809150127500000030074677

Num. 31348524 - Pág. 4

ser aplicado sem, contudo, perder-se de vista o valor da dignidade humana, o mínimo existencial que cada cidadão tem o direito de possuir. - Não se pode utilizar a jurisdição como dentro de um conceito puramente mercadológico, em que se divide o pagamento do serviço prestado, quando visualizado que o jurisdicionado do caso concreto encontra-se desempregado, e, assim, qualquer parcela que lhe seja exigida para obter a tutela judicial representa um obstáculo considerável na "escolha" por ter ou não a possibilidade de lhe ser assegurado um direito. Trata-se uma ponderação a ser realizada caso a caso. - Considerando que a parte agravante logrou êxito em demonstrar situação de hipossuficiência a demonstrar a necessidade de concessão integral dos benefícios da gratuidade de justiça, deve ser reformada a decisão interlocutória para garantir o afastamento da redução percentual e parcelamento das custas iniciais impostas pelo juízo a quo. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, (0800986-63.2019.8.15.0000, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, AGRAVO DE INSTRUMENTO, 4ª Câmara Cível, juntado em 24/05/2019). **Não havendo no processo razões que justifiquem a exclusão da presunção de se tratar o recorrente pessoa hipossuficiente, deve-se dar provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e conceder o benefício integral da gratuidade judiciária.**

DISPOSITIVO Firme em tais considerações, **DOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, concedendo o benefício integral da Justiça Gratuita, e mantendo a liminar anteriormente concedida nesse sentido. **É como voto.** Presidiu a sessão, o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Participaram do julgamento, o Exmo. Des. Eduardo José de Carvalho Soares, juiz convocado em substituição ao Exmo. Des. José Aurélio da Cruz, o Exmo. Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior e o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Presente ao julgamento, Dr. Aristóteles de Santana Ferreira, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa/PB, 25 de maio de 2020.

JUIZ CONVOCADO *Eduardo José de Carvalho Soares*
RELATOR



Assinado eletronicamente por: EDUARDO JOSE DE CARVALHO SOARES - 01/06/2020 15:44:01
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060115440147100000006460539>
Número do documento: 20060115440147100000006460539

Num. 6485272 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 08/06/2020 09:15:01
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060809150127500000030074677>
Número do documento: 20060809150127500000030074677

Num. 31348524 - Pág. 5